

# Devo, Não Nego

**N**ão é preciso chegar ao extremo de declarar moratória para um país demonstrar posição de força perante os credores. O Brasil deveria pagar amanhã US\$ 1,6 bilhão aos bancos privados. Na ausência de um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional — segundo os termos do acerto feito em setembro do ano passado, quando o país saiu oficialmente da moratória de fevereiro de 1987 — os bancos e os organismos financeiros oficiais não liberam novos créditos.

Assim, a suspensão dos pagamentos sem a declaração formal de moratória é uma acertada decisão do governo. Pagar tudo o que é devido aos bancos sem qualquer garantia de recebimento futuro de novos créditos seria um ato que comprometeria perigosamente as reservas cambiais brasileiras, atualmente na faixa de US\$ 7 bilhões. Como as importações estão crescendo muito e já atingiram US\$ 2 bilhões em agosto, o atual nível das reservas é suficiente apenas para a garantia técnica internacional de um mínimo de 100 dias de importações.

O Brasil não deve, no entanto, partir para um confronto com os bancos. Só teria a perder. A começar pelo encolhimento de prazos que já se manifesta nas linhas de financiamento do comércio exterior brasileiro, tanto na ponta das importações quanto na das exportações, que asseguram o folgado superávit comercial de US\$ 16,5 bilhões no ano. Ainda assim, ele mal será suficiente para cobrir todos os desembolsos previstos no balanço de pagamentos (incluindo os US\$ 10,3 bilhões de juros). A última estimativa do Banco Central aponta para um ganho final de apenas US\$ 133 milhões, com acréscimo de magros US\$ 76 milhões nas reservas cambiais em relação a 1988.

O pagamento simbólico de módicas quantias aos credores — como já foi feito em 1983 e em outros momentos críticos — evita a declaração formal de inadimplência do Brasil pelos bancos.

Trata-se de um acordo tácito entre o devedor e os credores. O Brasil não nega que deve, mas declara que pagará quando e quanto puder.

A verdade é que só o próximo governo poderá ter condições políticas internas e externas para acertar com o FMI um plano efetivo de saneamento das finanças públicas para debelar a inflação, como ponto de partida para obter dos credores termos bem mais favoráveis para o reescalonamento do principal e do próprio pagamento dos juros.

Há toda uma série de dificuldades para este governo conseguir um acordo com o FMI e os credores. Como garantir, desde já, que a proposta de redução do déficit público em 1990 será referendada pelo governo que for eleito em 15 de novembro? A recuperação das tarifas das estatais (fator de pressão sobre o déficit primário) só será completada no próximo ano, diante do temor presente de explosão na inflação. É compreensível a reserva dos credores e do FMI, mesmo com a nova postura deste órgão de apoiar as nações devedoras submetidas a programas de ajustamento econômico em sua transição democrática.

Mas o Brasil deve tomar desde já iniciativas políticas mais arrojadas na renegociação da dívida. Não se comprehende, por exemplo, que o Clube de Paris e os bancos multilaterais também tenham assumido, como os bancos comerciais, a posição de credores líquidos do país. Este ano, o Banco Mundial receberá entre juros e amortizações mais US\$ 780 milhões do que irá liberar de empréstimos ao Brasil. É um absurdo que o Bird, mantido pelos aportes de capitais dos países mais ricos do mundo, absorva poupança do Brasil. O Bird e o Clube de Paris deveriam neste momento estar dando todo o apoio ao Brasil, reabrindo créditos para permitir o restabelecimento de condições para o saneamento da economia brasileira e a retomada do crescimento.